



PREFEITURA MUNICIPAL
TERESÓPOLIS
acima de tudo!

PREFEITURAMUNICIPALDETERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE
JANEIROSECRETARIAMUNICIPALDEURB

Processonº

/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, destinados a subsidiar as ações da Secretaria Municipal de Urbanismo de Teresópolis/RJ, com vistas à execução do Programa de Regularização Fundiária no bairro Vila Santo Antônio (Buraco da Gata).

Teresópolis
Outubro/2025



TERMO DE REFERÊNCIA – TR

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, destinados a subsidiar as ações da Secretaria Municipal de Urbanismo de Teresópolis/RJ, com foco na execução do Programa de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) no bairro Vila Santo Antônio (Buraco da Gata), em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

2. DO ÓRGÃO SOLICITANTE

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar à Secretaria Municipal de Urbanismo de Teresópolis gêneros alimentícios adequados para apoio às atividades de campo e às ações comunitárias do Programa de Regularização Fundiária Urbana (Reurb), visando assegurar condições técnicas, administrativas e sociais que possibilitem a ampla informação, mobilização e participação da comunidade do bairro Vila Santo Antônio (Buraco da Gata), promovendo a segurança jurídica, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida dos moradores beneficiados.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação para fornecimento de gêneros alimentícios ocorrerá conforme descrito neste Termo de Referência.

3.2. Os produtos a serem fornecidos não se enquadram como bens de luxo, em conformidade com o Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

3.3. Os gêneros alimentícios fornecidos deverão estar dentro do prazo de validade, devidamente embalados, acondicionados e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

3.3.1. As condições de entrega, transporte, prazos, qualidade e responsabilidade técnica constarão do contrato ou instrumento equivalente a ser firmado.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A necessidade desta contratação fundamenta-se no fortalecimento das ações da Secretaria Municipal de Urbanismo de Teresópolis, com vistas a assegurar condições adequadas de



mobilização comunitária, suporte logístico e desenvolvimento das atividades do Programa de Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

4.2. Atualmente, a Secretaria enfrenta limitações quanto à disponibilidade de gêneros alimentícios para apoio às ações de campo, reuniões comunitárias e atividades técnicas, o que compromete a eficácia, a qualidade e a agilidade dos trabalhos desenvolvidos.

4.3. A contratação para fornecimento de gêneros alimentícios está em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, promovendo maior eficiência na gestão pública e viabilizando a execução das atividades de forma organizada e estruturada.

4.4. Os gêneros a serem fornecidos contribuirão para o suporte às equipes técnicas, sociais e jurídicas, além de favorecer a integração comunitária e a efetiva participação dos moradores nas etapas do Reurb.

4.5. Dessa forma, a contratação ora proposta proporcionará melhoria da capacidade operacional da Secretaria, assegurando qualidade, produtividade e eficiência na execução das ações de Regularização Fundiária.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

5.1. A especificação detalhada dos gêneros alimentícios, bem como seus respectivos valores, constará em anexo a este Termo de Referência.

5.2. A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios (tais como café, açúcar, biscoitos, água mineral, entre outros), essenciais para o suporte às atividades comunitárias e técnicas do Programa de Regularização Fundiária Urbana (Reurb).

5.3. Os produtos deverão atender a requisitos mínimos de qualidade, validade, acondicionamento e segurança alimentar, estando devidamente embalados e rotulados conforme normas sanitárias vigentes.

5.4. Os fornecedores deverão garantir que os bens atendam às normas técnicas e sanitárias estabelecidas pelos órgãos competentes, apresentando certificações e registros quando aplicável.

5.5. Os gêneros alimentícios fornecidos deverão possuir prazo de validade adequado ao consumo, não inferior a 6 (seis) meses a partir da data de entrega.



5.6. O recebimento definitivo dos produtos estará condicionado à verificação da conformidade com as especificações e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.

5.7. Os gêneros alimentícios objetos do presente Termo de Referência visam atender o número estimado de 800 pessoas, entre servidores, moradores e convidados.

5.8. A descrição e custos segue a tabela abaixo como discriminado no Estudo Técnico Preliminar:

5	GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	UNID 1	QUANT. UNID 1	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5.1	Kit lanche (biscoito doce e salgado tipo sache, fruta - maçã, guaraná natural e bolo).	Unid.	1.500	R\$ 15,00	R\$ 22.500,00
5.2	Coffe Break (Bolos variados, chá, pães, salgados fritos e assados, sucos naturais)	Unid.	1	R\$ 23.015,27	R\$ 23.015,27
5.3	Água mineral copo 200 ml (pack com 48 copos).	Pacote	33	R\$ 43,66	R\$ 1.440,78
5.4	Café (copo 120ml) .	Unid.	1.000	R\$ 3,04	R\$ 3.040,00
SUBTOTAL					R\$ 49.996,05

6. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

6.1. A contratação será realizada por meio de licitação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, considerando que o valor estimado da contratação de gêneros alimentícios exige procedimento competitivo para seleção do fornecedor.

6.2. A realização da licitação visa assegurar maior transparência, legalidade e competitividade na contratação, garantindo eficiência na gestão dos recursos públicos e tempestividade na execução dos serviços contratados.

6.3. O procedimento licitatório observará os princípios da legalidade, impessoalidade,



PREFEITURA MUNICIPAL
TERESÓPOLIS
acima de tudo!

PREFEITURAMUNICIPALDETERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE
JANEIROSECRETARIAMUNICIPALDEURB

Processonº	/2025
------------	-------

moralidade, publicidade e eficiência, assegurando ampla participação de fornecedores e conformidade com a legislação vigente.



7. DO VALOR E PROPOSTA

7.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 49.996,05 (Quarenta e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e cinco centavos)**, conforme custos definidos com base em pesquisa de preços realizada no mercado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

7.2. A proposta deverá ser apresentada de forma digitada, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo os seguintes elementos:

7.2.1. Indicação do CNPJ, e-mail, endereço e telefone de contato da empresa proponente;

7.2.2. Especificação detalhada dos gêneros alimentícios ofertados, com preço unitário e total expressos em moeda corrente nacional, tanto em algarismos quanto por extenso, incluindo todas as despesas diretas e indiretas relativas ao fornecimento do objeto, tais como tributos, impostos, encargos sociais, fiscais e comerciais, além de eventuais taxas de administração e transporte;

7.2.3. Declaração expressa de concordância com as condições constantes neste Termo de Referência e no Edital.

7.3 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. Os fornecedores deverão apresentar comprovação de experiência na prestação de serviços de fornecimento de gêneros alimentícios, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados.

8.2. Os produtos fornecidos deverão ser novos, originais, devidamente embalados e dentro do prazo de validade exigido pela legislação sanitária.

8.3. O prazo para entrega dos gêneros alimentícios não poderá exceder 30 (trinta) dias úteis a partir da assinatura do contrato ou emissão da ordem de fornecimento.

8.4. Todos os gêneros fornecidos deverão estar em perfeitas condições de consumo,



PREFEITURA MUNICIPAL
TERESÓPOLIS
acima de tudo!

PREFEITURAMUNICIPALDETERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE
JANEIROSECRETARIAMUNICIPALDEURB

Processonº	/2025
------------	-------

substituindo-se imediatamente aqueles que apresentarem defeitos, irregularidades ou estiverem fora das especificações, sem custos adicionais para a Administração Pública.



9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. É vedada a subcontratação, nos termos do Art. 122, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.2. Para a contratação em questão, justifica-se a vedação da subcontratação por se tratar de fornecimento de gêneros alimentícios, cuja responsabilidade deve recair integralmente sobre a empresa contratada.

9.3. A vedação visa garantir a qualidade, a rastreabilidade e a conformidade dos produtos entregues, assegurando responsabilidade integral do fornecedor junto à Administração Pública.

10. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza da contratação de gêneros alimentícios, cuja execução será acompanhada e atestada pela Administração Pública conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

11.1. Condições de Entrega

11.1.1. O fornecedor deverá entregar os gêneros alimentícios no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de fornecimento.

11.1.2. Os produtos deverão ser entregues nas dependências da Secretaria Municipal de Urbanismo, ou em outro endereço previamente designado pela Administração.

11.1.3. Todos os gêneros alimentícios deverão ser de primeiro uso/consumo, devidamente embalados, identificados pelo fabricante ou fornecedor e com prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a contar da data da entrega.

11.1.4. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas sanitárias vigentes, sendo vedada a entrega de itens em embalagens avariadas, violadas ou em condições inadequadas de conservação.



11.1.5. Em caso de entrega de gêneros alimentícios em desconformidade com as especificações, vencidos, impróprios ou danificados, o fornecedor deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a notificação formal.

11.1.6. Se o fornecedor não atender ao disposto, o Contratante poderá adotar medidas administrativas cabíveis, incluindo a substituição do fornecedor e a exigência de ressarcimento dos custos adicionais decorrentes.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. Todas as comunicações entre o órgão contratante e a contratada deverão ser realizadas por escrito, podendo ser utilizadas mensagens eletrônicas, desde que garantida a autenticidade das informações.

12.4. O órgão contratante poderá convocar representante da empresa contratada para adoção de providências que exijam ação imediata, incluindo eventuais ajustes na entrega e substituição dos gêneros alimentícios.

12.5. Após a assinatura do contrato, poderá ser convocada reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações acerca das obrigações contratuais, mecanismos de fiscalização, estratégias de execução do objeto, método de aferição dos resultados e sanções aplicáveis.

12.6. Fiscalização

12.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) designados, ou substitutos, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.6.2. Fiscalização Técnica



12.6.2.1. Verificar se os gêneros alimentícios entregues atendem às especificações estabelecidas.

12.6.2.2. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato.

12.6.2.3. Determinar prazo para correção de irregularidades observadas.

12.6.2.4. Comunicar ao gestor do contrato situações que ultrapassem sua competência.

12.6.3. Fiscalização Administrativa

12.6.3.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada.

12.6.3.2. Acompanhar empenho, pagamento, glosas e aditivos.

12.6.3.3. Atuar em caso de descumprimento das obrigações relacionadas à entrega, execução ou garantia dos produtos.

12.7. Gestor do Contrato

12.7.1. Coordenar e consolidar o processo de acompanhamento e fiscalização.

12.7.2. Acompanhar registros de ocorrências e medidas adotadas.

12.7.3. Verificar manutenção das condições de habilitação para fins de liquidação e pagamento.

12.7.4. Emitir relatório avaliando a execução contratual, desempenho do fornecedor e impacto da aquisição para a Administração.

12.7.5. Providenciar a formalização de processo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando necessário.

12.7.6. Elaborar relatório conclusivo ao final da vigência contratual.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Recebimento

13.1.1. Os gêneros alimentícios serão recebidos no ato da entrega, acompanhados da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para verificação preliminar da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.1.2. Os produtos poderão ser rejeitados, inclusive antes do recebimento provisório, caso estejam em desacordo com as especificações, apresentem defeitos, avarias no transporte, quantidade divergente ou não atendam às condições de qualidade exigidas. Nesses casos, a contratada deverá providenciar a substituição no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a



partir da notificação, sem custos adicionais para a Administração e sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.

13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da conformidade dos produtos entregues e do atendimento às condições contratuais, com consequente aceitação formalizada em termo detalhado.

13.1.4. Para contratações de pequeno valor, enquadradas no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

13.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado, mediante justificativa, por igual período, caso sejam necessárias diligências adicionais para verificar o cumprimento integral das exigências contratuais.

13.1.6. Em caso de controvérsia sobre a execução do objeto (quantidade, qualidade, validade ou especificações), deverá ser observado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de nova nota fiscal referente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

13.1.7. O prazo para solução, pela contratada, de inconsistências nos produtos ou saneamento da nota fiscal não será computado para fins de recebimento definitivo.

13.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não exime a contratada da responsabilidade pela qualidade, validade e conformidade dos gêneros alimentícios durante o período contratual, bem como pelo cumprimento das obrigações de substituição previstas em lei e no contrato.

13.2. Liquidação

13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.



13.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 13.2.3.1. O prazo de validade da contratação, quando aplicável;
- 13.2.3.2. A data da emissão;
- 13.2.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 13.2.3.4. Período de vigência da contratação;
- 13.2.3.5. O valor a pagar;
- 13.2.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

13.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 13.2.6.1. Verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 13.2.6.2. Identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

13.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



13.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.2.10. Havendo a efetiva entrega dos gêneros alimentícios, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.3. Prazo de Pagamento

13.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.4. Forma de Pagamento

13.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

13.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.4.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.4.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. INAPLICABILIDADE DA CESSÃO DE CRÉDITO

14.1. A cessão fiduciária de direitos creditórios prevista na Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020, do Ministério da Economia, não se aplica a esta contratação, uma vez que



os recursos utilizados são de origem exclusivamente municipal, sem envolvimento de transferências voluntárias da União.

14.2. Conforme disposto no artigo 1º, §1º da referida Instrução Normativa, a possibilidade de cessão de crédito por meio do Portal de Crédito Digital limita-se a contratos administrativos firmados no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional ou por entes federativos com recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, o que não se configura na presente contratação.

14.3. Dessa forma, eventuais operações de crédito garantidas por cessão fiduciária de direitos creditórios não poderão ser realizadas com base na referida Instrução Normativa no contexto deste contrato.

15. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

15.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA. O julgamento das propostas será efetuado pelo Agente de Contratação ou Pregoeira, obedecendo ao critério MENOR PREÇO POR ITEM, em conformidade com as quantidades, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Termo de Referência, levando-se em consideração que será o vencedor o proponente que oferecer o menor preço unitário

15.2. Forma de fornecimento:

15.2.1. O fornecimento dos gêneros alimentícios será realizado de forma parcelada, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a atender gradualmente às demandas, preservar a qualidade e a validade dos produtos e evitar desperdícios.

15.3. Exigências de habilitação:

15.3.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

15.3.1.1. SICAF;

15.3.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



PREFEITURA MUNICIPAL
TERESÓPOLIS
acima de tudo!

PREFEITURAMUNICIPALDETERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE
JANEIROSECRETARIAMUNICIPALDEURB

Processonº	/2025
------------	-------

15.3.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP
(www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep).



15.3.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

15.3.3. Caso conste na consulta a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar possível fraude ou tentativa de burla.

15.3.4. O interessado será convocado para manifestação previamente a eventual negativa de contratação.

15.3.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação será verificada por meio do SICAF.

15.3.6. É dever do interessado manter atualizada sua documentação no SICAF ou encaminhá-la, quando solicitado.

15.3.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com CNPJ/CPF divergentes, salvo hipóteses legalmente permitidas.

15.3.8. Se a empresa for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for filial, em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica e documentos que, por sua natureza, sejam emitidos apenas em nome da matriz.

15.3.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças nos números de CND e CRF/FGTS quando comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, conforme estabelecido no Termo de Referência e anexos, garantindo a adequada entrega dos gêneros alimentícios.

16.2. Receber os produtos no prazo e condições estabelecidas, verificando sua conformidade com as especificações contratuais.

16.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre eventuais falhas, defeitos ou não conformidades, para que sejam substituídos, às expensas da contratada.

16.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.



- 16.5. Efetuar o pagamento conforme prazos, formas e condições estabelecidas.
- 16.6. Aplicar sanções em caso de inexecução parcial ou total.
- 16.7. Adotar medidas jurídicas cabíveis em caso de descumprimento.
- 16.8. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato.
- 16.9. Decidir os requerimentos no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período.
- 16.10. Não responder por compromissos assumidos pela contratada com terceiros.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 17.1. Cumprir integralmente as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes do fornecimento dos gêneros alimentícios.
- 17.2. Responsabilizar-se por falhas, defeitos ou danos decorrentes do fornecimento, em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor.
- 17.3. Comunicar previamente atrasos ou impossibilidades de entrega.
- 17.4. Substituir produtos em desacordo com as especificações, sem custos adicionais.
- 17.5. Manter todas as condições de habilitação exigidas durante a vigência do contrato.
- 17.6. Enviar documentos comprobatórios de regularidade fiscal quando não for possível verificar pelo SICAF.
- 17.7. Cumprir as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais relativas à execução contratual.
- 17.8. Comunicar à contratante qualquer ocorrência que possa comprometer a qualidade ou segurança dos alimentos.
- 17.9. Suspender fornecimento, quando determinado pela contratante, em caso de não conformidade.
- 17.10. Manter sigilo sobre informações obtidas no cumprimento do contrato.

18. DAS VEDAÇÕES À CONTRATADA



18.1. São vedadas à contratada:

- 18.1.1. Contratar servidor público da Administração;
- 18.1.2. Veicular publicidade sobre o contrato sem autorização;
- 18.1.3. Subcontratar total ou parcialmente o fornecimento dos gêneros alimentícios, salvo autorização expressa e formal da Administração.

19. DA DECLARAÇÃO LEI Nº 101/2000 ART. 16 e 17

19.1. A despesa decorrente da presente contratação de gêneros alimentícios preenche os requisitos da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), especialmente no que se refere aos arts. 16 e 17, quanto à devida previsão orçamentária e demonstração do impacto financeiro no exercício vigente e nos dois subsequentes.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, constitui infração administrativa por parte da CONTRATADA:

- 20.1.1. Deixar de entregar os gêneros alimentícios contratados, total ou parcialmente, sem justificativa aceita pela Administração;
- 20.1.2. Atrasar a entrega dos gêneros alimentícios além dos prazos estabelecidos contratualmente;
- 20.1.3. Entregar os gêneros alimentícios em desconformidade com as especificações técnicas, em condições inadequadas de qualidade, validade ou conservação;
- 20.1.4. Não apresentar a documentação exigida para a contratação ou manutenção das condições de habilitação;
- 20.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou durante a execução contratual;
- 20.1.6. Comportar-se de modo inidôneo, praticar fraude ou ato ilícito em qualquer fase da licitação ou do contrato;
- 20.1.7. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.



20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas todas as sanções cabíveis desde o Art. 156 da Lei 14.133/2021, subsidiariamente a todas as regras de sanção da legislação vigente, conforme exposto abaixo:

20.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

20.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 20.1.2 a deste Contrato ou instrumento de igual teor, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

20.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas condutas graves que justifiquem penalidade mais severa, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

20.3. Multa:

20.3.1. Moratória, de até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

20.3.2. Compensatória, de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial.

20.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato ou instrumento de igual teor não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

20.5. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

20.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, Lei nº 14.133/2021).

20.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º).



20.8. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

20.10. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

20.10.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

20.10.2. As peculiaridades do caso concreto;

20.10.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.10.4. Os danos que dela provierem para a Contratante;

20.10.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 serão apurados e julgados conjuntamente, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, Lei nº 14.133/2021).

20.12. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática de atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial.

20.13. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161, Lei nº 14.133/2021).

20.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

21. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento Fiscal do Município, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), em especial quanto à devida previsão orçamentária e à comprovação de disponibilidade financeira.

21.2. A presente contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

- 21.2.1. Órgão: 02;
- 21.2.2. Gestão/Unidade: 0202;
- 21.2.3. Fonte de Recursos: 1.700.363;
- 21.2.4. Programa de Trabalho: 0027;
- 21.2.5. Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00;
- 21.2.6. Projeto Atividade: 2169;
- 21.2.7. Ficha: 077.

22. DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência foi elaborado segundo o Documento de Formalização de Demanda e Estudo Técnico Preliminar e segue acostado a este a Planilha de Pesquisa de Preços, demonstrados o quadro de quantidade e valores.

Vitor Guilherme Oliveira de Magalhães
Chefe da Divisão da Fiscalização de Edificações
Matricula: 420280-1

23. DA AUTORIZAÇÃO

Autorizo o prosseguimento com o presente Termo de Referência e a contratação do objeto requisitado, por se tratar de demanda da Administração Pública, em conformidade com a legislação vigente e em atendimento aos princípios que regem a Administração Pública.



PREFEITURA MUNICIPAL
TERESÓPOLIS
acima de tudo!

PREFEITURAMUNICIPALDETERESÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE
JANEIROSECRETARIAMUNICIPALDEURB

Processonº

/2025

Maria Andrea Miguens Guarilha
Secretaria Municipal de Urbanismo
Matrícula: 4.70001-4

